

O Papel dos Valores nas Ciências Sociais e Humanas

Rui Sampaio da Silva

(Universidade dos Açores/Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa)

rsilva@uac.pt

1. A distinção facto/valor

O papel dos valores nas ciências sociais e humanas, além de constituir um problema epistemológico central, que se intersetava com o problema da objetividade do conhecimento científico, tem importantes implicações ao nível das políticas públicas, as quais por vezes se procuram legitimar escudando-se no prestígio e na autoridade da ciência. A tradição epistemológica é marcada por uma tendência para separar juízos de facto e juízos de valor e para considerar a ciência como axiologicamente neutra. Desenvolvimentos ao nível da filosofia moral contribuíram, em parte, para uma dicotomia facto/valor. Particularmente relevante a este respeito é a famosa passagem do *Tratado da Natureza Humana* de Hume onde se adverte contra a tendência de inferir prescrições de descrições:

Em todos os sistemas de moral que encontrei até aqui tenho sempre notado que o autor durante algum tempo procede segundo a maneira comum de raciocinar, estabelece a existência de Deus, ou faz observações sobre a condição humana; depois, de repente, fico surpreendido ao verificar que, em vez das cónellas é e não é habituais

nas proposições, não encontro proposições que não estejam ligadas por *deve* ou *não deve*. Esta mudança é imperceptível mas é da maior importância.¹

Hume não afirma explicitamente que é impossível inferir um ‘ought’ de um ‘is’; de forma mais modesta, limita-se a constatar que tal inferência envolve dois níveis ou “relações inteiramente diferentes”, razão pela qual carece de uma explicação. Em todo o caso, costuma designar-se por Lei de Hume o princípio segundo o qual um ‘deve’ não pode ser inferido de um ‘é’. Este princípio tem claras afinidades com a denúncia de Moore, nos *Principia Ethica*, da ‘falácia naturalista’, a qual seria cometida por aqueles que procuram definir o bem com base em propriedades naturais.² A crítica de Moore baseia-se no assim chamado Argumento da Questão em Aberto, de acordo com o qual, perante uma definição de ‘bem’, seria sempre possível colocar a questão: “Isto é mesmo bom?” Por exemplo, se identificarmos o bem com o prazer, poderíamos legitimamente interrogar-nos sobre se o prazer é, efetivamente, bom. Tal possibilidade constituiria um indício de que o *definiendum* e o *definiens* não são sinónimos. Independentemente da avaliação que se fizer do referido argumento, o uso da expressão ‘falácia naturalista’ difundiu-se rapidamente assumindo diversos sentidos, ancorados na ideia de que não é possível definir termos avaliativos com base em termos descriptivos.³

¹ Hume, 1739, 469.

² Na realidade, Moore não se opõe apenas a uma definição naturalista de ‘bem’, mas a toda a definição de ‘bem’, mesmo que não seja feita em termos naturalistas.

³ Curry (2006, 236) enumera os diferentes sentidos da falácia naturalista nos seguintes termos: “passar do é para o deve”; “passar de factos para valores”; “identificar o bem com o seu objeto”; “afirmar que o bem é uma propriedade natural”; “ir ‘no sentido da evolução’”; “presumir que o que é natural é bom”; “presumir que o que existe atualmente deve existir”; e, por último, “substituir a justificação pela explicação”.

Hume e Moore têm o mérito de nos alertar para a tentação de inferir juízos de valor a partir de juízos de facto, uma tentação a que a ciência se encontra frequentemente exposta. Este ponto é particularmente importante ao nível das explicações funcionais, onde se explica uma característica de um ser vivo, uma prática ou instituição com base no seu valor funcional ou adaptativo. Se tais explicações tivessem um efeito legitimador, os resultados poderiam ser, em muitos casos, eticamente desagradáveis. Exemplificando: o (suposto) *facto* de a agressividade e a xenofobia terem desempenhado uma função adaptativa útil em nada as *legitima*. Dando outro exemplo: o facto de as espécies evoluírem através de uma luta pela sobrevivência e uma seleção dos indivíduos mais aptos não constitui uma justificação para uma organização similar da vida social (como pretende o darwinismo social).

No domínio da filosofia da ciência, a distinção facto/valor foi defendida pelo positivismo lógico, dado que à luz do princípio de verificabilidade o discurso ético perde o seu carácter cognitivo. Deste modo, Carnap concebeu as pretensas proposições da ética como imperativos disfarçados,⁴ enquanto emotivistas como Ayer e Stevenson viam nos enunciados éticos uma mera expressão de atitudes emotivas ou subjetivas perante uma determinada ação. Outro eminente defensor da distinção facto/valor foi Max Weber. Não pretendo deter-me na vasta bibliografia sobre este ponto, mas impõe-se, em todo o caso, uma breve, e necessariamente simplificada, referência à posição de Max Weber sobre o papel dos valores na ciência. Weber defendeu que os juízos de valor não fazem parte dos resultados da ciência e que esta tem como principal missão indicar os *meios* para determinados

⁴ Cf. Carnap, 1937, 23-24 e 28-29.

fins e as *consequências* de determinadas decisões. Apesar de ser conhecido como o defensor clássico da tese da neutralidade axiológica da ciência, Weber reconheceu que os valores são relevantes para a ciência, estando nela presentes a vários níveis, determinando os temas merecedores de investigação, influenciando a escolha entre diferentes rumos de investigação e contribuindo para a compreensão de fenómenos culturais.⁵ A este respeito, pode ser útil fazer uma distinção entre duas formas de contaminação da ciência pelos valores: aquilo a que se poderia chamar a contaminação epidérmica e a contaminação hipodérmica. Quando Weber se refere ao papel dos valores na ciência parece referir-se sobretudo à primeira forma, a mais superficial. A influência dos valores ao nível das nossas escolhas sobre que investigar, que métodos utilizar ou que hipóteses privilegiar nas nossas investigações não compromete a objetividade da ciência. Por contaminação hipodérmica deve entender-se a influência dos valores ao nível da relação entre teoria e dados, o que já constitui uma ameaça à objetividade da ciência. Esta distinção corresponde *grosso modo* à distinção de Reichenbach entre contexto de descoberta e contexto de justificação. O primeiro é o contexto de produção de teorias, onde fatores históricos, sociais e psicológicos exercem a sua influência; o segundo contexto é puramente epistémico, no sentido em que abrange apenas aquilo que determina a verdade ou falsidade

⁵ O modo como Weber procurava separar a motivação *subjetiva* subjacente às questões científicas e a *objetividade* das respostas está bem patente na seguinte passagem sobre o papel das “ideias de valores” (*Wertideen*) na ciência: “Daí não resulta obviamente que a *investigação* nas ciências da cultura só possa ter *resultados* que são ‘subjetivos’ no sentido de serem *válidos* para uns e não para outros. O que varia é, antes, o grau em que *interessam* a uns e não a outros. Noutras palavras: o que se torna objeto de investigação e até que ponto esta investigação se estende na infinitade das conexões causais é que é determinado pelas ideias de valores que dominam o investigador e o seu tempo” (Weber, 1988, 183-184).

de uma teoria. A tese da contaminação hipodérmica da ciência implica, portanto, que os valores atuam também no contexto de justificação.

Importa completar esta primeira distinção com uma outra, a distinção entre valores epistêmicos e não-epistêmicos (valores sociais ou políticos, por exemplo). Uma lista frequentemente citada de valores epistêmicos foi elaborada por Quine e Ullian⁶: conservadorismo (alterar o menos possível o nosso sistema de crenças ou sistema científico), modéstia (evitar desviar-se muito dos dados disponíveis), simplicidade (não postular entidades ou processos desnecessários), generalidade (uma hipótese é tanto melhor quanto maior for o domínio de aplicação), refutabilidade e precisão. Kuhn oferece uma lista semelhante: exatidão, consistência (coerência interna e compatibilidade com outras teorias aceites), alcance, simplicidade e fecundidade.⁷ O principal desafio para a objetividade da ciência provém naturalmente dos valores não-epistêmicos, que podem inquinar ideologicamente a ciência, mas importa sublinhar que também os valores epistêmicos podem ter uma importante carga subjetiva. Tal como Kuhn observou, estes valores, tomados isoladamente, são imprecisos. Por exemplo, uma teoria pode ser mais precisa do que outra num certo domínio e não noutro; além disso, a noção de simplicidade é reconhecidamente vaga. Por outro lado, e tomados conjuntamente, os referidos valores podem entrar em conflito, como por vezes sucede com os valores da exatidão e do alcance. Em todo o caso, do ponto de vista da objetividade da ciência o cenário mais relevante é o de uma contaminação hipodérmica da ciência por valores não-epistêmicos, e é sobre esta possibilidade que me concentrarei no que se segue.

⁶ Quine/Ullian, 1973, cap. 6.

⁷ Cf. Kuhn, 1977, 321-322.

2. Argumentos metodológicos

Na filosofia da ciência contemporânea têm sido discutidos importantes argumentos em defesa do papel dos valores na ciência. Infelizmente, a apresentação e discussão destes argumentos ocorre habitualmente de forma mais ou menos avulsa, razão pela qual é desejável encontrar um quadro taxonómico que contribua para uma abordagem mais rigorosa do problema. Deste modo, convém agrupar os referidos argumentos em quatro categorias fundamentais: argumentos metodológicos, linguísticos, sociológicos e psicológicos. Um importante argumento metodológico é o argumento da subdeterminação, inspirado por Quine⁸ e elaborado por autores sensíveis à dimensão social da ciência.⁹ Na sua formulação quiniana, a tese da subdeterminação da teoria pelos dados significa que, partindo do mesmo conjunto de dados, é sempre possível construir teorias logicamente incompatíveis, embora empiricamente equivalentes. É curioso constatar que Quine é conduzido a esta tese por considerações epistemológicas e lógicas, mais do que por exemplos da história da ciência. Por um lado, o assim chamado holismo da confirmação (ou a tese de Duhem-Quine) estabelece que uma hipótese ou proposição científica nunca é testada isoladamente, mas integrada num conjunto de hipóteses ou proposições. Assim sendo, quando confrontado com uma refutação empírica, o cientista teria ao seu dispor diferentes formas de reajustar o seu sistema teórico. Esta tese holista parece implicar a tese da subdeterminação.¹⁰ Por outro lado, há

⁸ Cf. Quine, 1970 e Quine, 1975.

⁹ O argumento da subdeterminação ocupa um lugar central, por exemplo, em Longino, 1990 e Longino, 2002.

¹⁰ Cf. Quine, 1975, 313.

uma razão de ordem lógica; do facto de uma teoria ter consequências observacionais verdadeiras não se pode concluir *imediatamente* que ela é verdadeira. Fazer uma tal inferência seria cometer a falácia da afirmação do consequente. A tese da subdeterminação é relevante para o problema dos valores na ciência, porque se existe um hiato entre a teoria e os dados que não pode ser superado por considerações lógico-metodológicas, abre-se espaço para a intervenção dos valores. Longino apresentou uma formulação influente deste argumento, de acordo com a qual o hiato entre teoria e dados é necessariamente preenchido por pressupostos contextuais (*background assumptions*). Segundo a autora, a ciência seria um “um empreendimento de grupo nos quais modelos e teorias são adotadas/legitimadas através de processos críticos envolvendo a interação dinâmica de dados experimentais e observacionais e pressupostos contextuais.”¹¹ Devido ao papel desempenhado por tais pressupostos na relação entre teoria e dados, Longino conclui que a investigação científica é “pelo menos em princípio, permeável por valores e interesses superficialmente externos.”¹² Repare-se que esta conclusão do argumento é relativamente fraca. Ou seja, pode dar-se o caso de valores epistémicos serem suficientes para preencher o hiato entre teoria e dados. Além disso, e tal como a história da ciência abundantemente confirma, a investigação das entidades e dos processos postulados por duas teorias rivais que são, num determinado momento, empiricamente equivalentes pode, com o decorrer do tempo, conduzir à rejeição de uma delas e à consagração da outra. Considere-se, por exemplo, o impacto que o desenvolvimento da genética teve no triunfo do darwinismo sobre o

¹¹ Longino, 1990, 13.

¹² Longino, 1990, 13.

lamarckismo, ao desacreditar a tese da hereditariedade dos traços adquiridos. Aplicado às ciências naturais, o argumento da subdeterminação (enquanto argumento de contaminação axiológica hipodérmica) parece fraco, mas no domínio das ciências sociais e humanas ele adquire uma maior plausibilidade, sobretudo ao nível das explicações da ação humana que recorrem de forma essencial a noções intencionais como crenças e desejos, uma vez que a especificação dos conteúdos destas atitudes proposicionais é fortemente dependente de uma teoria interpretativa que pode facilmente variar de intérprete para intérprete.

Tão ou mais forte é o argumento que se pode desenvolver a partir do carácter seletivo dos juízos causais, os quais destacam como causas de um fenómeno os fatores causais considerados relevantes para a sua produção, e nestas considerações de relevância os valores podem desempenhar um papel-chave. Com efeito, o discurso causal quotidiano é enganador, porque, negligenciando o facto de um fenómeno resultar da convergência de muitos fatores causais, seleciona um fator, ou um pequeno número de fatores, como a causa de um fenómeno. Mas a ideia de uma conexão linear entre uma causa e o seu efeito é uma simplificação errónea. Importa mencionar neste contexto a definição de causa de Mackie por ter o mérito de enfatizar a complexidade desta noção. Segundo Mackie, uma causa é “uma parte *insuficiente* mas *necessária* de uma condição que é, ela própria, *desnecessária* mas *suficiente* para o resultado.”¹³ O seu exemplo de um incêndio causado por uma combinação particular de fatores é instrutivo. A combinação não é, em si, necessária para o incêndio (outras combinações de fatores causais poderiam provocar o

¹³ Mackie, 1965, 245.

incêndio), e os fatores nela envolvidos são, tomados individualmente, insuficientes para a eclosão do incêndio. A análise de Mackie tem em devida consideração o facto de um fenómeno resultar da conjunção de diversos fatores causais; em rigor, podemos acrescentar, de inúmeros fatores causais. Todavia, seria absurdo citar uma lista interminável de fatores como constituindo a causa de um fenómeno, razão pela qual Mackie introduz na sua análise a noção de ‘campo causal’, enquanto domínio relevante para a identificação de relações causais. O juízo causal comum “A causou P” é elíptico, e significa, de facto, “A causou P em relação ao campo C”. Ora, a delimitação de um campo causal não obedece a regras precisas e é, pelo menos em parte, resultado de considerações pragmáticas. O mesmo aspetto da realidade pode ser considerado tanto como um fator causal ou apenas como parte do campo causal.

Partindo destas considerações, é possível conceber o juízo causal como um juízo de *relevância*, que *seleciona* os fatores causais pertinentes para a explicação de um determinado fenómeno. Tal conceção do juízo causal tem consequências epistemológicas importantes no domínio das ciências sociais e humanas. Um historiador que tenta identificar as causas da Revolução Francesa tem consciência de que há muitos acontecimentos e processos históricos que a ela conduzem, mas nas suas explicações deve selecionar apenas os que forem julgados relevantes. Mas é precisamente ao nível destes juízos de relevância que entram em ação os seus valores. Diferentes historiadores com diferentes crenças políticas e visões do mundo irão privilegiar diferentes fatores, e neste caso parece claro que os valores desempenham um papel na formulação e aceitação de hipóteses.

Existe um terceiro argumento metodológico relevante que pode ser designado como o argumento do risco indutivo, uma noção

analisada por Hempel e que se refere ao risco de erro na aceitação ou rejeição de hipóteses; ao nível dos exames ou testes médicos, por exemplo, o risco indutivo seria o risco associado a falsos positivos (hipóteses aceites como verdadeiras, mas, de facto, falsas) e falsos negativos (hipóteses rejeitadas como falsas, mas, de facto, verdadeiras).¹⁴ Apesar de afirmar que os juízos de valor não contribuem para a refutação ou confirmação de uma hipótese, Hempel defendeu que, nas decisões de rejeição e aceitação de hipóteses, se deve ter em consideração as respetivas consequências. Douglas,¹⁵ tomando como ponto de partida a reflexão de Hempel sobre o risco indutivo, defendeu que o problema do risco indutivo mostra que a ação dos valores sobre a ciência não é meramente externa (ou epidérmica, no sentido acima referido). Douglas radicaliza a reflexão de Hempel sobre o risco indutivo, alegando que este não afeta apenas a aceitação de teorias, mas também as “três fases ‘internas’ da ciência”, a saber, a escolha de metodologias (que podem não ser fiáveis), os dados disponíveis (que podem resultar de erros nos processos de recolha e caracterização) e a interpretação dos dados.¹⁶ A sua tese é fundamentada com recurso a estudos sobre o perigo para a saúde pública de dioxinas. Nestes estudos, que envolvem habitualmente testes laboratoriais com animais expostos a dioxinas potencialmente cancerígenas, procura-se determinar se a resposta desses animais

¹⁴ Cf. Hempel, 1965, 92. Como se sabe, na prática médica, dadas as consequências potencialmente graves de um falso negativo, os médicos, nos seus diagnósticos, dão prioridade às hipóteses de doença grave, pois neste caso as consequências do erro não são graves. Pelo contrário, o sistema judicial prefere falsos negativos (a absolvição de um culpado) a falsos positivos (a condenação de um inocente); cf. Douglas, 2007, 124. Estes exemplos simples exemplificam bem o peso que a avaliação das consequências pode ter na prática científica.

¹⁵ Cf. Douglas, 2000 e Douglas, 2007.

¹⁶ Cf. Douglas, 2000, 565.

difere de forma significativa de um grupo de controlo constituído por animais não expostos à dioxina sob investigação. Este tipo de testes levanta o assim chamado problema da relevância estatística, que consiste em saber se a diferença entre as taxas de cancro entre os dois grupos de animais é estatisticamente significativa. Mas ‘significativo’ é um termo vago que depende dos padrões utilizados: a adoção de padrões de relevância estatística pouco exigentes tem como resultado um maior número de falsos positivos e um menor número de falsos negativos; padrões mais exigentes dão origem a um menor número de falsos positivos e a um maior número de falsos negativos.¹⁷ Assim sendo, pessoas preocupadas com o *valor* da saúde pública tenderão a aplicar critérios pouco exigentes de relevância estatística, ao passo que os defensores da indústria (movidos por valores económicos) preferirão critérios mais exigentes. O problema do risco indutivo está também claramente presente na caracterização dos dados; num estudo citado por Douglas,¹⁸ ratos expostos a dioxinas foram mortos e autopsiados, tendo sido feitos registos fotográficos de tumores. Dada a incerteza na caracterização de um tumor como benigno ou maligno, os registos foram posteriormente avaliados por três grupos de especialistas que chegaram a conclusões diferentes sobre as percentagens de cancro. A principal lição a extrair do argumento do risco indutivo é que a aceitação ou rejeição de uma hipótese depende não só da sua *probabilidade*, mas também da *avaliação* das suas *consequências*. Apesar de o exemplo discutido ser do domínio das ciências naturais, as ilações a tirar dizem igualmente respeito às ciências sociais e humanas. Considere-se o domínio das políticas sociais e educativas. Também aqui se pode falar de risco

¹⁷ Cf. Douglas, 2000, 566.

¹⁸ Cf. Douglas, 2000, 569 e ss.

indutivo, i.e., de certos modelos sociais e educacionais, por exemplo, poderem ter consequências nocivas, cuja relevância obrigue a cuidados especiais não só na aceitação de hipóteses, mas na própria avaliação e interpretação dos dados. Mais uma vez, não se trata de uma contaminação meramente epidérmica da ciência, mas sim hipodérmica, dado que a influência dos valores se faz sentir no interior do processo científico. Todavia, o argumento do risco indutivo, apesar de ser correto enquanto argumento crítico da tese da neutralidade axiológica da ciência, é de certo modo limitado. Por um lado, há muitas investigações nas ciências sociais e humanas em que o erro é relativamente inócuo. Além disso, muitas das incertezas inerentes ao risco indutivo são provisórias e podem ser superadas com investigações suplementares ou mais aprofundadas.

Apesar de não ser, tanto quanto é do meu conhecimento, mencionado na reflexão epistemológica sobre o papel dos valores na ciência, importa chamar a atenção para outro argumento que pode ser designado como o argumento da permutação entre a explicação intencional e explicações de tipo causal e funcional.¹⁹ A melhor forma de o expor será a partir de um exemplo, mais precisamente, de um famoso debate historiográfico desencadeado pela publicação do livro *Hitler's Willing Executioners* de Daniel Goldhagen, o qual expõe uma explicação de tipo intencional do Holocausto. Através do estudo de um batalhão de voluntários encarregado de assassinar judeus polacos, Goldhagen procura mostrar que o Holocausto tem na sua origem um “antisemitismo eliminacionista”, ou seja, por um lado, um conjunto de *crenças* antisemitas que teria assumido uma forma particular-

¹⁹ Este argumento pode também ser considerado uma instância do argumento da subdeterminação, mas devido aos problemas específicos que levanta merece ser analisado separadamente, nos seus próprios termos.

mente virulenta na história da Alemanha e, por outro, o *desejo* de eliminar judeus. As explicações intencionais caracterizam-se precisamente pela explicação do comportamento humano com base em crenças e desejos.²⁰ Uma vez que a cultura nacional que conduziu ao Holocausto é de tal modo diferente da cultura democrática contemporânea, e em particular da cultura norte-americana, e exige um enorme esforço de descentramento por parte do intérprete, Goldhagen recorre inclusivamente ao modelo da Antropologia Cultural na sua análise da Alemanha nazi. O livro de Goldhagen é, em boa parte, uma resposta a um livro de Christopher Browning que oferecia uma explicação totalmente diferente do comportamento dos membros do mesmo batalhão, uma explicação de tipo causal e funcional.²¹ Influenciado pelos estudos de Milgram sobre a tendência humana de obediência à autoridade, Browning vê aí, bem como em fatores como a pressão dos pares e a desumanização das vítimas, a chave da explicação para os crimes cometidos por alemães comuns durante a II Guerra Mundial. Tal como salienta Moses,²² Goldhagen seria um representante de uma interpretação ideológico-intencionalista de tipo particularista, ao passo que Browning seria proponente de uma interpretação estrutural-funcionalista de tipo universalista.²³ O debate desencadeado por Goldhagen remete, com efeito, para uma cisão

²⁰ Em vez do par crença/desejo, Goldhagen recorre frequentemente na sua obra ao par cognição/valores.

²¹ Cf. Browning, 1992.

²² Cf. Moses, 1998.

²³ Uma referência clássica e incontornável neste debate é Arendt (1963), que, com a sua tese da “banalidade do mal”, e ao chamar a atenção para o papel-chave da “ausência de pensamento” (*thoughtlessness*) na explicação do comportamento de Eichmann, se demarca de uma explicação de tipo ideológico e intencional do Holocausto. Fatores característicos da sociedade moderna como o desenvolvimento da burocracia, a tendência para o conformismo e a atrofia da capacidade de julgamento teriam tido um peso maior na tragédia humana do Holocausto do que a doutrinação antisemita.

fundamental nas ciências sociais e humanas entre aqueles que explicam a ação humana a partir de estruturas e sistemas e os que dão um primado explicativo à própria ação humana. No caso do Holocausto, a interpretação ideológico-intencionalista concebe-o como um fenómeno especificamente alemão, causado pelo antisemitismo presente na cultura alemã;²⁴ pelo contrário, uma interpretação estrutural-funcionalista privilegia a análise de mecanismos e processos universais. Num caso, o Holocausto explica-se a partir de intenções, no outro, das circunstâncias.²⁵ Os agentes do Holocausto são simultaneamente seres humanos e alemães, mas a primeira perspetiva trata-os sobretudo como alemães, e a segunda, fundamentalmente como seres humanos (que se tornaram desumanos em função da pressão exercida por circunstâncias particularmente perversas). E assim se vê como os valores podem entrar facilmente em cena neste debate. Basta dizer que historiadores alemães conservadores ou em certa medida patrióticos, bem como estudiosos e admiradores da cultura alemã, sentirão uma clara repugnância por uma explicação de tipo intencional do Holocausto e inclinar-se-ão preferencialmente para

²⁴ Cf. Goldhagen, 1997, 9: “Não foram as provações económicas, nem os meios coercivos de um Estado totalitário, nem a pressão psicológica social, nem propensões psicológicas invariáveis, mas ideias sobre os judeus que eram comuns na Alemanha, e que o tinham sido durante décadas, que induziram alemães comuns a matar homens, mulheres e crianças judias desarmadas e indefesas aos milhares, sistematicamente e sem piedade.”

²⁵ Nas palavras de Browning (1992, 189): “Se os homens do Batalhão 101 da Polícia de Reserva podem tornar-se assassinos nestas circunstâncias, que grupo de homens não poderia?” Browning não pretende desculpabilizar os autores dos crimes nem insinuar que qualquer pessoa comum faria o mesmo naquelas circunstâncias; a sua tese é a de que os processos e mecanismos subjacentes aos crimes do Batalhão 101 podem ocorrer noutras períodos históricos e outros espaços geográficos induzindo pessoas comuns a cometer atos semelhantes.

uma explicação pelo menos em boa parte de tipo causal ou funcional.²⁶

3. Argumentos linguísticos

Ao nível dos argumentos linguísticos, importa destacar o argumento baseado nos chamados ‘termos densos’, termos simultaneamente descriptivos e avaliativos, tais como ‘corrupto’, ‘terrorista’, ‘delinquente’, ‘corajoso’ ou ‘democrata’. O argumento em questão parte das premissas de que existem termos densos (1), que eles estão disseminados na linguagem comum (2) e que o discurso científico incorpora inevitavelmente a linguagem comum (3), daí concluindo que o discurso científico contém termos densos. O que pode um defensor da neutralidade axiológica da ciência objetar contra um argumento deste tipo? Não me parece que possa ter sucesso em negar as premissas do argumento, pelo que deverá concentrar-se em

²⁶ Este argumento inscreve-se numa importante problemática de investigação epistemológica que diz respeito ao tipo de explicação que se deve utilizar nas ciências sociais e humanas. Em meados do séc. XX, Hempel e Dray envolveram-se num debate sobre o papel de leis gerais na história; contra o modelo nomológico-dedutivo de Hempel, Dray (1957) argumentou que a ação dos indivíduos obedece tipicamente não a explicações causais e nomológicas, mas sim a “explicações racionais”, que procuram reconstituir as deliberações ou cálculos do agente. Posteriormente, Taylor (1964) e von Wright (1971) defenderam a indispensabilidade e centralidade de explicações teleológicas nas ciências sociais e humanas, i.e., de explicações baseadas na atribuição de fins e intenções aos agentes. A teoria teleológica da ação humana declinou sob a influência de Davidson (1980), o qual defendeu que as explicações baseadas em razões são explicações causais, argumentando que uma razão só explica uma ação se *causar* efetivamente a referida ação. Mais recentemente, tem-se assistido a uma tentativa de reabilitação da teoria teleológica da ação, sustentada em novos argumentos em defesa da irreducibilidade de explicações teleológicas a explicações causais (cf. Schueler, 2003 e Sehon, 2005).

mostrar que a conclusão não é imposta pelas premissas, alegando que o discurso científico (mesmo nas ciências sociais e humanas) pode ser disciplinado de modo a evitar termos densos. Contra esta tentativa de depuração da linguagem das ciências sociais e humanas de termos densos, existem, porém, duas objeções fortes. Por um lado, um tal empreendimento de reforma linguística daria origem a uma linguagem de certo modo artificial e diminuída na sua capacidade expressiva. Por outro lado, mesmo que fôssemos bem sucedidos na redefinição de termos densos ou na sua substituição por neologismos introduzidos por definições estipuladoras que evitassem qualquer conotação avaliativa, poderia colocar-se legitimamente a questão de saber se tal não seria uma vitória ilusória, dado que o uso tenderia a contaminar axiologicamente esta linguagem inicialmente asséptica, tal como Michael Root argumentou.²⁷ Este autor baseia-se no facto de o uso dos termos redefinidos, ou de novos termos, se confrontar com casos problemáticos que requerem uma decisão sobre a sua inclusão no ou exclusão do conceito em questão, e alega que tais decisões requerem uma clarificação da definição, a qual remete para os nossos interesses e, consequentemente, para as nossas avaliações.²⁸ O exemplo que ele dá é convincente; mesmo que déssemos uma definição não-avaliativa de democracia como um regime assente na escolha popular, levantar-se-iam problemas de aplicação do termo ‘democrático’ no caso de

²⁷ Cf. Root, 1993, cap. 9.

²⁸ Cf. Root, 1993, 210: “Quando escolhemos uma clarificação em vez de outras na base dos nossos interesses, estes interesses acrescentam conteúdo avaliativo ao termo. A definição inclui a clarificação, mas também a avaliação – isto é, as nossas razões para escolhê-la em vez de outras. Consequentemente, mesmo que nenhum conteúdo avaliativo esteja incluído na definição estipuladora do termo, o termo irá adquirir tal conteúdo no decurso do seu uso; e assim, no decurso do uso de qualquer linguagem científico-social recentemente cunhada, os termos da linguagem adquirem um significado avaliativo e tornam-se termos éticos densos.”

regimes onde alguns princípios democráticos fossem respeitados e outros não.

4. Argumentos sociológicos

No tocante aos argumentos sociológicos, há boas razões para se afirmar que as categorias sociais não são simplesmente descobertas, mas construídas num processo que envolve os valores do investigador ou da sociedade. O estudo que Foucault fez da história da loucura ilustra bem este ponto. Foucault defendeu que o surgimento da conceção moderna da loucura como uma doença mental a ser curada em instituições médicas está relacionada com o surgimento de uma determinada ordem social e respetivo conjunto de valores; no Renascimento e na Idade Clássica, tal conceção não era possível. Mais precisamente, Foucault alega que a constituição da loucura enquanto doença mental no fim do séc. XVIII está associada ao surgimento de uma nova instituição, o asilo, destinada especificamente para loucos e caracterizada por uma dupla dimensão: por um lado, uma dimensão moral, dado que envolvia uma condenação moral da loucura e estava orientada para a regeneração moral da pessoa internada; por outro, uma dimensão médica, bem patente no facto de os internamentos passarem a depender de um certificado médico. Foucault considera esta centralidade da figura do médico como o traço mais importante do “mundo asilar”, um traço que irá “comandar finalmente toda a experiência moderna da loucura.”²⁹ De forma análoga, o historiador francês Philippe Ariès defendeu que a infância, entendida como um

²⁹ Cf. Foucault, 1972, 523.

período especial da vida humana com necessidades educativas e afetivas especiais, deve ser entendida como uma construção social e não como um dado biológico. Ele afirma que, na sociedade medieval, “o sentimento de infância não existia”,³⁰ e que “a descoberta da infância”, para citar o título de um capítulo da sua obra *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, foi um processo gradual que se iniciou no séc. XIII e que se tornou particularmente visível no fim do séc. XVII e durante o séc. XVIII. A génesis da ideia moderna de infância estaria associada a condições culturais e sociais como a escolarização das crianças ou uma arquitetura doméstica que valoriza o espaço privado, promovendo assim a intimidade da vida familiar.

Mas há um outro tipo de argumentos sociológicos, baseados nas condições de identificação de problemas sociais. O sociólogo norte-americano Robert Merton, trabalhando ao abrigo do ideal de neutralidade axiológica da ciência, defendeu que seria possível identificar problemas sociais sem recurso a juízos de valor por parte dos cientistas sociais. De acordo com Merton, uma prática social constitui um problema social quando é disfuncional, e é disfuncional se viola normas aceites (consciente ou inconscientemente) pela sociedade ou comunidade. Deste modo, procede-se à identificação de problemas sociais fazendo abstração dos valores dos cientistas: “Tal como é usado pelo sociólogo, o termo ‘desviante’ é um termo técnico e não moral. Ele não significa desaprovação moral pelo cientista.”³¹ Esta posição teórica tem, todavia, consequências indesejáveis. Por vezes, problemas sociais graves podem não ser reconhecidos como

³⁰ Ariès, 1973, 177. Na Idade Média, segundo Ariès, a criança era habitualmente considerada um pequeno adulto, ao nível das suas funções e até de pormenores simbólicos como a maneira de vestir.

³¹ Merton, 1971, 805.

tais por uma comunidade específica, e nestes casos é legítimo que se identifique o problema social em questão com base nos valores dos investigadores. Contra Merton, Root (2007: 50) dá um exemplo persuasivo de uma investigação conduzida por sociólogos alemães em 1976, em Colónia, na Alemanha, sobre violência doméstica, no decurso da qual os investigadores tiveram de recorrer aos seus próprios valores e categorias para identificar a violência doméstica como um problema social, uma vez que as normas da comunidade não condenavam tal prática. Um outro exemplo de identificação de problemas sociais em que os valores podem ser determinantes é a pobreza, cuja taxa, como se sabe, pode ser facilmente alterada graças a simples redefinições de carácter administrativo.

Os argumentos de tipo sociológico analisados contribuem para a plausibilidade da tese da contaminação axiológica da ciência, uma contaminação não apenas externa mas interna. Todavia, desde que o investigador assuma um dever de transparência e tenha o cuidado de formular explicitamente os seus juízos de valor, daí não decorre um perigo particularmente significativo de instrumentalização ideológica da ciência. No exemplo da investigação sobre a violência doméstica numa comunidade que não vê nessa prática um problema social, os investigadores têm consciência de que os seus valores diferem dos da comunidade e podem facilmente explicitar os seus juízos de valor. É certo que a ação dos valores nem sempre é consciente, mas como veremos na última parte do presente artigo também é possível controlar os valores quando estes operam à revelia da consciência do investigador.

5. Argumentos psicológicos

Normalmente, a tese da impregnação da ciência por valores apoia-se em argumentos metodológicos, linguísticos e sociológicos. Há, todavia, um quarto tipo de argumentos que merece ser destacado neste contexto; os argumentos psicológicos. Com efeito, as investigações psicológicas que têm sido desenvolvidas sobre as heurísticas e os enviesamentos cognitivos permitem-nos detetar novas portas de entrada dos valores na ciência. Consideremos, em primeiro lugar, os estudos sobre os enviesamentos cognitivos (*cognitive biases*), que podem ser caracterizados como padrões de desvio relativamente a inferências e juízos corretos, padrões estes que podem ter a sua origem em processos evolutivos e adaptativos. No debate sobre o papel dos valores na ciência há um tipo de enviesamento cognitivo que merece particular destaque, o chamado ‘enviesamento da confirmação’, que consiste numa tendência para recolher e selecionar dados que confirmam as nossas hipóteses.³² Se os investigadores são afetados por tal tendência, é legítimo concluir que também por esta via psicológica os valores podem penetrar na ciência e influenciar o raciocínio científico. O enviesamento da confirmação evoca naturalmente a descrição que Thomas Kuhn fez do “cientista normal”, não como um ser radicalmente crítico que procura refutar todas as teorias, adotando provisoriamente as que resistirem às tentativas de refutação (esta era a conceção popperiana do

³² Segundo Nickerson (1998, 175), o enviesamento da confirmação refere-se a uma “seletividade inconsciente na aquisição e uso dos dados [*evidence*]”. O mesmo autor chama a atenção para o facto de o enviesamento da confirmação não ser uma descoberta recente; já Bacon, no *Novum organum*, tinha feito uma crítica explícita da inclinação da mente humana para perseverar nas suas opiniões e negligenciar os dados que as contrariam.

cientista), mas como uma figura de certo modo dogmática, que tem fé no paradigma ao abrigo do qual trabalha e que, ao ser confrontado com anomalias, como por exemplo previsões falhadas, tende a interpretá-las não como refutações, mas como *puzzles*, enigmas, que serão resolvidos com tempo e engenho. O “cientista normal”, de acordo com a descrição kuhniana, procura essencialmente articular e desenvolver o seu paradigma, sendo pouco receptivo à inovação teórica. A sua fé no paradigma pode, inclusivamente, impedi-lo de descobrir novos factos ou observar fenómenos de um tipo novo, não previsto no paradigma.³³ Esta descrição da ciência normal resulta do estudo que Kuhn fez da história da ciência, mas a existência do enviesamento da confirmação confere-lhe um apoio suplementar, proveniente da psicologia.

A investigação em torno das heurísticas cognitivas, desenvolvida por investigadores como Kahneman, Tversky e Gigerenzer, é também relevante para o problema dos valores na ciência, na medida em que faz intervir na ciência fatores de decisão não-epistémicos. tal como Miriam Solomon mostrou numa análise de diferentes estudos de caso.³⁴ Particularmente importante no plano epistemológico é a assim chamada heurística da disponibilidade, de acordo com a qual um

³³ Kuhn (1970, 116) ilustra este ponto chamando a atenção para o facto de os astrónomos ocidentais só se terem apercebido do aparecimento de novas estrelas depois de Copérnico, ao passo que os astrónomos chineses já há muito tinham registado novas estrelas. A diferença não se deveu a melhores métodos de observação, mas a um paradigma astronómico ocidental que postulava a imutabilidade da esfera celeste. No mesmo sentido, Kuhn (1970, 62-63 e 112-113) cita a experiência das cartas anómalas (cartas como um seis de espadas vermelho, por exemplo), no decurso da qual é rapidamente projetada uma série de cartas onde, entre cartas normais, surgem cartas anómalas. Os participantes na experiência tendem a identificar erradamente as cartas anómalas como cartas normais, o que indica igualmente a nossa predisposição psicológica para confirmar as nossas conceções prévias.

³⁴ Cf. Solomon, 2001.

sujeito avalia a frequência de uma classe ou a probabilidade de um acontecimento pela facilidade com que se recorda das suas instâncias ou ocorrências. Trata-se de uma estratégia cognitiva económica (não requer grandes quantidades de informação nem é dispendiosa em termos de tempo) e frequentemente eficaz, embora também conduza a erros previsíveis, uma vez que a frequência e a probabilidade não são os únicos fatores que afetam a disponibilidade no sentido acima mencionado.³⁵ Assim sendo, é natural que diferentes grupos de investigadores tomem posições diferentes perante hipóteses ou teorias rivais, porque os respetivos domínios de investigação tornam certos conjuntos de dados mais salientes do que outros. Na sua análise da revolução ocorrida na geologia nos anos 60 do séc. XX que conduziu à plena aceitação da teoria da deriva dos continentes e à formulação da teoria da expansão do fundo oceânico, Solomon chama a atenção para o facto de o primeiro grupo científico a formar um consenso sobre a deriva dos continentes ter sido o grupo dos paleomagnetistas, porque as referidas teorias constituíam a melhor explicação para os dados por eles recolhidos (e, como tal, especialmente salientes) sobre padrões de magnetização em rochas vulcânicas.³⁶ Este exemplo das ciências naturais ilustra um processo que se repercute igualmente nas ciências sociais e humanas: os dados mais salientes para um determinado investigador ou grupo de investigadores vão influenciar a formulação e escolha de teorias. Ora, a posição social de um investigador e os valores que ele encarna tornam mais salientes certos aspetos da realidade social e da vida humana do que outros, e por esta via também se pode demonstrar a penetração de valores na ciência.

³⁵ Cf. Kahneman/Tversky, 1982, 11 e 20.

³⁶ Cf. Solomon, 2001, 103.

6. Como controlar a ação dos valores na ciência?

À luz da exposição e apreciação dos argumentos precedentes, tem de admitir-se a possibilidade de valores sociais, políticos e morais interferirem na investigação científica e tornarem a ciência vulnerável a instrumentalizações ideológicas. Podemos ir mais longe e acrescentar que tal intromissão dos valores no domínio das ciências sociais é frequente. Na avaliação de cada argumento, procurou-se limitar o respetivo alcance e o seu impacto no ideal de objetividade na ciência, mas somos forçados a concluir, em todo o caso, que há efetivamente um problema com os valores na ciência. Assim sendo, importa avaliar os diferentes meios de controlo da ação dos valores na ciência. O primeiro que deve ser destacado, e que já foi acima mencionado a propósito dos argumentos sociológicos, consiste no cumprimento de um imperativo de transparência, segundo o qual os investigadores em ciências sociais e humanas devem explicitar os valores ou juízos de valor que foram determinantes no decurso do seu trabalho científico. Em muitos casos, este imperativo pode ser facilmente cumprido, bastando para tal que o cientista tenha consciência dos valores que o movem.

Todavia, e porque os valores operam frequentemente de forma subterrânea, sem que os cientistas deles tenham consciência, outros meios de controlo do papel dos valores na ciência são necessários. Um deles consiste numa abertura permanente à discussão crítica no seio da comunidade científica que conduza a uma explicitação e a um questionamento dos preconceitos e valores subjacentes à investigação científica. Defensores de uma epistemologia atenta à dimensão social da ciência costumam chamar a atenção para o papel desempenhado

por fóruns de discussão e por um escrutínio permanente pelos pares enquanto poderosos meios de controlo da ação dos valores na ciência.³⁷ O facto de o trabalho científico ser constantemente monitorizado pelos pares significa que teorias contaminadas por valores ou enviesamentos de vária ordem serão tipicamente objeto de crítica por parte de quem não é influenciado por tais valores ou enviesamentos. A abertura a esta discussão crítica no interior da ciência é ainda mais frutífera se for acompanhada por uma multiplicação de teorias, hipóteses ou linhas de investigação, dado que um tal pluralismo promove aquilo a que se pode chamar uma distribuição do enviesamento, evitando-se, assim, que a comunidade científica fique refém dos valores subjacentes a uma linha de investigação dominante. Uma confiança semelhante no poder de uma tal abertura e exposição a outras perspetivas encontra-se no centro da hermenêutica de Gadamer, a qual é em boa parte uma reflexão epistemológica sobre as ciências humanas. Pode considerar-se que a sua reflexão sobre os preconceitos, enquanto linhas de orientação prévia que tornam possível que a experiência tenha sentido para nós, engloba implicitamente a dimensão dos valores, apesar de Gadamer evitar falar explicitamente de valores neste contexto.³⁸ Preconceitos e valores têm em comum o facto de passarem frequentemente despercebidos e de atuarem de forma invisível. Gadamer, que tinha

³⁷ A este respeito, vd., e.g., Solomon, 2003 e Longino, 2002.

³⁸ As reservas de Gadamer em relação à noção de valor devem ser entendidas à luz do modo como os valores foram concebidos no âmbito da “filosofia dos valores” de língua alemã no séc. XIX e na primeira metade do séc. XX, a qual oscilou entre um relativismo axiológico (presente, por exemplo, no perspetivismo de Nietzsche) e um apriorismo objetivista (representado pelas figuras de Nicolai Hartmann e Max Scheler). A defesa gadameriana de uma filosofia prática de inspiração aristotélica opõe-se claramente a ambas as posições (cf. Gadamer, 1987).

plena consciência de que os preconceitos são uma espécie de força oculta, uma *vis a tergo*, observa que quem se recusa a admitir que é dominado por preconceitos mais facilmente se torna presa deles.³⁹ De forma análoga, podemos aplicar o mesmo tipo de juízo ao cientista que se considera neutral em matéria de valores. Dado o poder que os preconceitos têm de dominar inconscientemente o sujeito, Gadamer defendeu que a abertura ao outro, mais precisamente, a outras perspetivas ou visões do mundo, constitui um modo eficaz de tomarmos consciência dos nossos preconceitos e de submetê-los a uma vigilância crítica. Na perspetiva gadameriana, os preconceitos não podem ser erradicados, mas podem ser controlados, e o confronto de perspetivas através de um diálogo crítico e autocrítico contribui significativamente para um tal controlo.

Há ainda um terceiro meio de controlo dos valores na ciência, que pode ser designado como o critério da coerência. A ideia é que a incapacidade de certas teorias e explicações oferecerem um relato coerente da realidade social e humana constitui uma indicação de que se baseiam em pressupostos ou valores inadequados ao problema sob investigação. Para se reconhecer este ponto não é necessário subscrever uma epistemologia coerentista, porque o critério da coerência cumpre aqui uma função essencialmente crítica, negativa. Gostaria, neste contexto, de recorrer de novo à hermenêutica de Gadamer e, em particular, à seguinte passagem de *Verdade e Método*, que, apesar de incidir sobre o problema da interpretação dos textos, tem um significado epistemológico que vai muito para além deste problema específico:

³⁹ Cf. Gadamer, 1990, 366.

Assim, o movimento da compreensão corre permanentemente do todo para a parte e de novo para o todo. A tarefa é alargar a unidade do sentido compreendido em círculos concêntricos. A concordância de todos os pormenores com o todo é o respetivo critério da correção da compreensão. A ausência de tal concordância significa o fracasso da compreensão.⁴⁰

Gadamer, apesar de partir do princípio de que toda a interpretação é inevitavelmente condicionada pelos preconceitos do intérprete, entendia que o critério da coerência nos permitiria distinguir entre interpretações aceitáveis e inadequadas; a dificuldade em elaborar uma leitura coerente do texto seria um indicador da projeção de preconceitos inadequados sobre o texto. Este critério da coerência, que desempenha um papel fundamental na hermenêutica, pode ser facilmente estendido às explicações e interpretações nas ciências sociais e humanas. Com efeito, teorias distorcidas por valores ou preconceitos inadequados são frequentemente incapazes de integrar coerentemente todos os dados disponíveis. Podemos exemplificar este ponto regressando ao debate sobre o Holocausto entre intencionalistas e defensores de explicações de tipo funcional ou situacional. Nesse debate, um dos principais recursos argumentativos consiste precisamente na incapacidade de fornecer um relato coerente dos acontecimentos. Goldhagen, por exemplo, acusa as interpretações funcionalistas/estruturalistas de não explicarem a ausência de problemas de consciência e, pior ainda, a boa disposição (documentada por fotografias da época) que reinava nos grupos de pessoas comuns que participavam nos massacres; o chamado “problema do sorriso”. Por outro lado, uma das críticas dirigidas contra Goldhagen consiste na sobrevalorização dos resultados eleitorais de partidos antisemitas e na desvalorização de outros

⁴⁰ Gadamer, 1990, 296.

resultados eleitorais relevantes mas que apontavam em sentido contrário ao da sua tese de um “antisemitismo eliminacionista”; por exemplo, maus resultados de partidos antisemitas ou bons resultados de partidos progressistas. Podemos ver aqui em ação o enviesamento da confirmação, mas também uma incapacidade da teoria de integrar de forma coerente os dados disponíveis. A tese central de Goldhagen de que a causa fundamental do Holocausto foi um antisemitismo de cunho alemão também levanta problemas de consistência da teoria, ou pelo menos de lacunas da teoria. Por um lado, existiam alemães antisemitas sem intenções criminosas. A resistência conservadora ao nazismo, apesar de ser globalmente antisemita, teria certamente posto fim ao Holocausto, caso a tentativa de assassinato de Hitler em 1944 tivesse sido bem sucedida.⁴¹ Por outro lado, muitos não-alemães foram “carrascos voluntários de Hitler”, apesar de não serem representantes do antisemitismo presente na cultura alemã. Estas incongruências indicam que há algo de errado na tese central de Goldhagen, mas a lição epistemológica fundamental a extrair deste exemplo diz respeito ao poder do critério da coerência enquanto meio de arbitragem entre explicações e interpretações rivais nas ciências sociais e humanas, um pormenor tranquilizador para quem receia o desvirtuamento da ciência por ação dos valores. Como a coerência é também um valor, um valor epistémico, o critério da coerência acaba por constituir uma interessante forma de autorregulação dos valores.

⁴¹ Moses (1998, 215, n. 77) cita, neste contexto, o testemunho de Marion Dönhoff (jornalista e escritora alemã que esteve envolvida na tentativa de assassinato de Hitler em 1944) segundo o qual alguns conspiradores teriam tomado a decisão de derrubar o regime nazi depois de assistirem a assassinatos em massa de judeus.

Em quarto lugar, pode invocar-se a resistência que a realidade oferece às construções teóricas dos cientistas. Com efeito, há pelo menos uma aceção da objetividade imune à ação dos valores, por vezes designada “objetividade manipulável”,⁴² e que repousa na existência de correlações reais entre variáveis, às quais o cientista tem de submeter-se nas suas intervenções na realidade. Deve reconhecer-se, porém, que a noção de objetividade manipulável é sobretudo pertinente quando as ciências sociais e humanas são cultivadas à luz do modelo nomológico que caracterizou tradicionalmente as ciências naturais; modalidades de investigação social de inspiração descriptivista ou hermenêutica não se enquadram num tal modelo. Em todo o caso, a ideia de objetividade manipulável não pode ser ignorada quando se procura afastar os receios sobre o papel dos valores na ciência.

Em suma, apesar de existir uma contaminação hipodérmica da ciência por valores, a extensão desta contaminação não deve ser considerada demasiado preocupante, dada a existência das supramencionadas instâncias de controlo da ação dos valores na ciência. Além disso, importa sublinhar que os valores (não-epistémicos) presentes na ciência não devem ser vistos como algo de necessariamente negativo que ameaça a objetividade e favorece a manipulação ideológica da ciência.⁴³ Os valores podem também inspirar hipóteses de investigação que tornam a ciência mais plural, mais sensível a desenvolvimentos sociais e, por conseguinte, mais

⁴² Cf. Douglas, 2004.

⁴³ Sobre a relação entre ciência e ideologia, Ricœur, 1974, continua a ser uma referência bibliográfica atual. Particularmente relevante, no referido artigo, é a rejeição de uma teoria social que aspirasse a uma “reflexão total” que lhe permitisse criticar a ideologia a partir de um ponto de vista não-ideológico. Trata-se de um motivo familiar no movimento fenomenológico-hermenêutico: a reflexão assenta sempre em algo que permanece irrefletido.

atenta a uma revisão de pressuposições tradicionais. Esta é a outra face dos valores na ciência, a face positiva: eles podem contribuir para uma ciência mais reflexiva e socialmente mais progressiva. Tal como disse Putnam: “A pior coisa na dicotomia facto/valor é que na prática ela funciona como um travão da discussão [*discussion-stopper*], e não apenas como um travão da discussão, mas também como um travão do pensamento.”⁴⁴

⁴⁴ Putnam, 2002, 44.

Referências Bibliográficas

- Arendt, H., 1963 [2006], *Eichmann in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil*, London, Penguin Books.
- Ariès, P., 1973, *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Seuil.
- Browning, C., 1992, *Ordinary Men: Reserve Police Battalion 101 and the Final Solution in Poland*, New York, Harper Collins.
- Carnap, R., 1937, *The Logical Syntax of Language*, London, Routledge.
- Curry, O., 2006, Who's afraid of the naturalistic fallacy? *Evolutionary Psychology*, 4, 234-247.
- Davidson, D., 1980, *Essays on Actions and Events*, Oxford, Clarendon Press.
- Douglas, H., 2000, Inductive risk and values in science. *Philosophy of Science*, 67, 559-579.
-- 2004, The irreducible complexity of objectivity. *Synthese*, 138, 453-473.
-- 2007, Rejecting the ideal of value-free science. In: H. Kincaid, J. Dupré e A. Wylie (eds.), *Value-free science? Ideals and illusions*, Oxford, Oxford University Press, 120-39.
- Dray, W., 1957, *Laws and Explanation in History*, Oxford, Oxford University Press.
- Foucault, M., 1972, *Histoire de la folie à l'âge classique*, Paris, Gallimard.
- Gadamer, H.-G., 1987, Das ontologische Problem des Wertes. In: *Neuere Philosophie II*, Tübingen, J. C. B. Mohr, 189-202 [1971].
-- 1990, *Wahrheit und Methode. Grundzüge einer Philosophischen Hermeneutik*, Tübingen, J. C. B. Mohr [1960].
- Goldhagen, D., 1997, *Hitler's Willing Executioners: Ordinary Germans and The Holocaust*, New York, Vintage Books.
- Hempel, C., 1965, Science and human values. In: *Aspects of Scientific Explanation and other Essays in the Philosophy of Science*, New York, The Free Press, 81-96.
- Hume, D., 1739 [1978], *A Treatise of Human Nature*, Oxford, Clarendon Press (Trad. port. *Tratado da Natureza Humana*, por Serafim da Silva Fontes, com revisão técnica de João Paulo Monteiro, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002).
- Kahneman, D. e Tversky, A., 1982, Judgment under uncertainty: Heuristics and biases. In: D. Kahneman, A., P. Slovic, e A. Tversky (eds.), *Judgment Under*

- Uncertainty: Heuristics and Biases*, Cambridge, Cambridge University Press, 3-20.
- Longino, H., 1990, *Science as Social Knowledge*, Princeton, NJ, Princeton University Press.
-- 2002, *The Fate of Knowledge*, Princeton, NJ, Princeton University Press.
- Kuhn, T., 1970, *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago, IL, Chicago University Press.
-- 1977, Objectivity, values, and theory choice. In: *The Essential Tension*, Chicago, IL, Chicago University Press, 320-339.
- Mackie, J., 1965, Causes and conditions. *American Philosophical Quarterly*, 2: 245-264.
- Merton, R., 1971, Epilogue: Social problems and sociological theory. In: R. Merton and R. Nisbet (eds.), *Contemporary Social Problems*, New York: Harcourt Brace Jovanovitch, 793-846.
- Nickerson, R., 1998, Confirmation bias: A ubiquitous phenomenon in many guises. *Review of General Psychology*, 2, 175-220.
- Moore, G. E. 1922, *Principia Ethica*, Cambridge, Cambridge University Press [1903].
- Moses, A., 1998, Structure and agency in the Holocaust: Daniel J. Goldhagen and his critics. *History and Theory*, 37, 194-219.
- Putnam, H., 2002, *The Collapse of the Fact/Value Dichotomy*, Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Quine, W.V.O., 1970, On the reasons for indeterminacy of translation. *The Journal of Philosophy*, 67, 178-83.
-- 1975, On empirically equivalent systems of the world. *Erkenntnis*, 9, 313-28.
- Quine, W.V.O., e Ullian, J., 1978, *The Web of Belief*, New York, McGraw-Hill.
- Ricœur, P., 1974, Science et idéologie. *Revue Philosophique de Louvain*, 72, 328-356.
- Root, M., 1993, *Philosophy of Social Science*, Oxford, Blackwell.
-- 2007, Social problems. In: H. Kincaid, J. Dupré e A. Wylie (eds.), *Value-Free Science? Ideals and Illusions*, Oxford, Oxford University Press, 42-57.
- Schueler, G., 2003, *Reasons and Purposes: Human Rationality and the Teleological Explanation of Action*, Oxford, Clarendon Press.
- Sehon, S., 2005, *Teleological Realism: Mind, Agency and Explanation*, Cambridge, MA, The MIT Press.
- Solomon, M., 2001, *Social Empiricism*, Cambridge, MA, The MIT Press.

Taylor, C., 1964, *The Explanation of Behaviour*, London, Routledge.

Von Wright, G. H., 1971, *Explanation and Understanding*, Ithaca, New York, Cornell University Press.

Weber, M., 1988, *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, Tübingen, J.C.B. Mohr.